



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fls. 01

PROJETO DE LEI PMC Nº 075 – SUBSTITUTIVO AO PL Nº 064 DE 30 DE OUTUBRO DE 2025.

AUTORIA: PREFEITO MUNICIPAL

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

PARECER

Registramos que a emissão do Parecer será utilizada linguagem lacônica, de modo a favorecer o entendimento e efetivar os princípios jurídicos da eficiência e celeridade no serviço público, limitando nossas manifestações aos aspectos mais relevantes do tema, sem, contudo, deixar de abordar todas as nuances necessárias.

RELATÓRIO:

O presente Parecer em epígrafe tem por conformidade, Projeto de Lei Nº 075/2025 substitutivo ao PL 064/2025 de autoria do Prefeito Municipal, que **Estima a Receita e Fixa a despesa do Município de Cariacica, para o Exercício Financeiro de 2026.**

A matéria em análise veio a essa Comissão de Finanças e Orçamentos a teor do artigo 76 da Resolução 378/91, (Regimento Interno) deste Parlamento para análise dos aspectos que são de sua competência, no que tange ao mérito, a legalidade e a constitucionalidade do Desígnio em destaque.

No escopo do Desígnio o autor deslucra, que se faz necessário o Projeto de Lei Substitutivo, em virtude da emissão, pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e da Portaria Normativa TCEES nº 85/2025, de 03 de novembro de 2025, que definiu a classificação de natureza de receita e fonte de recursos para a correta classificação dos valores constantes na Portaria MEC nº 669/2025.

Prosseguindo, e predominante destacar, que na estimativa dos valores das receitas foram considerados analiticamente os dados da conjuntura política, econômica e financeira no âmbito local, estadual e nacional, que conjugado com os reforços crescentes da administração na captação de recursos externos, resultam num aumento de receita, que alavancado pela receita de recursos vinculados, convênios e operação de crédito atingiu um aumento em relação ao exercício anterior.

Porém é vultoso salientar, que em todos os setores da administração municipal, distribuídos pelas diversas unidades orçamentárias, estão incluídos a realização de programas, projetos, atividades e operações especiais que permitirão continuar a realização dos Eixos e Orientações Estratégicas da Administração Municipal definidos pelo planejamento do Governo.

Análise Jurídica:



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 330037003100390030003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Do ponto de vista da juridicidade, a matéria encontra respaldo no ordenamento jurídico vigente, não havendo afronta a preceitos constitucionais ou legais. Além disso, o Projeto de Lei em referência atende aos requisitos regimentais, sobretudo quanto aos aspectos de formatação e motivação mínimos, necessários ao seu acolhimento.

Prosseguindo no mesmo patamar, vale ressaltar que o Desígnio em questão, encontra mérito e fundamental legal no art. 90, inciso III e XV da Lei Orgânica do Município de Cariacica, pois assim se encontra elencado.

Art. 90 – Ao Prefeito compete, privativamente:

*III – elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município.*

*XV – Enviar à Câmara Municipal de Cariacica, os projetos de Lei Plano Plurianual de Aplicações a cada 4 (quatro) anos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual em cada exercício, conforme artigo 177 incisos I e II (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 18/2013).*

Com a devida data vênia, ressalva-se que segue no **anexo I a este Parecer as Emendas apresentadas pelos Senhores Vereadores e Mesa Diretora** que, em geral, pretendem a criação de novos projetos/atividades cujos recursos serão absorvidos de dotações preexistentes na proposta orçamentária.

Noutro sim, é avultoso salientar, que segue anexo a este autógrafo as cópia das Emendas aprovadas, bem como o Parecer do Projeto em debate. Os artigos 3º e 4º não estão alterados no quesito valores, pois deverão ser alterados pela Secretaria Municipal de Finanças da PMC após a inclusão de todas as Emendas. Grifo nosso.

### Conclusão:

Assim, por ser competência privativa do Executivo Municipal em encaminhar matéria deste quilate e encaminhar este Legislativo para serem analisadas, esta Comissão de Finanças e Orçamentos, usando de suas prerrogativas regimentais, amparada e fundamentada no artigo 76, da Resolução 378/91 e estando devidamente englobada, e após debates e considerações, **opina pela constitucionalidade, observando as Emendas apresentadas, que após aprovadas pelo Plenário, deverão ser integradas ao texto original do Projeto em debate.**

É o Parecer







CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fls. 03

Plenário Vicente Santório, em 12 de dezembro de 2025

  
\_\_\_\_\_  
RENATO MACHADO  
RELATOR C.F.O.

Na forma do artigo 91, §2º da Resolução 378/91 desta augusta Casa de Leis, apõe suas assinaturas o Presidente e Secretario concordando com o respectivo Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS



\_\_\_\_\_  
PAULO FOTO  
PRESIDENTE C.F.O.

  
\_\_\_\_\_  
VEREADOR LEI  
SECRETARIO C.F.O.

**Segue anexo I as Emendas apresentadas pelos Senhores vereadores**

